

INFORMAÇÕES GERAIS:**TST uniformiza aplicação das regras de gratuidade na Justiça do Trabalho**

O Tribunal Superior do Trabalho (TST), em julgamento concluído em 16 de dezembro de 2024, unificou o entendimento sobre a concessão de gratuidade na Justiça do Trabalho, e pacificou, entre outros, que a declaração de pobreza assinada por trabalhador que recebe salário maior que o limite legal é válida e gera presunção de hipossuficiência.

Com o julgamento finalizado, essa orientação passa a ser obrigatória em todo o país.

Maiores detalhes, confira no RT Informa da CNI (Anexo 01).

TST seleciona novos temas para uniformização de jurisprudência (recursos repetitivos)

O Tribunal Superior do Trabalho (TST), em 16 de dezembro de 2024, aprovou quatro novos temas que serão analisados sob a sistemática dos recursos repetitivos. Entre os tópicos selecionados, destacam-se controle de pausas para uso do banheiro e dano moral; banheiros comerciais e adicional de insalubridade; concessão de justiça gratuita e a competência da Justiça do Trabalho em litígios envolvendo o FGTS.

Maiores detalhes, confira no RT Informa da CNI (Anexo 02).

Os principais temas trabalhistas para o ano de 2025 no Judiciário

O Supremo Tribunal Federal (STF) e o Tribunal Superior do Trabalho (TST) devem julgar uma série de temas trabalhistas importantes em 2025. No STF, conforme pauta publicada, devem ser enfrentadas matérias como a existência ou não de vínculo de emprego entre trabalhadores por aplicativos e plataforma. Já no TST, espera-se um foco no julgamento de recursos repetitivos.

Confira no RT Informa da CNI (Anexo 03), os principais temas trabalhistas que devem ser enfrentados pelas Cortes Superiores neste ano.

TST implementa novas regras para peticionamento eletrônico a partir de 3 de fevereiro

A partir de 3 de fevereiro, entram em vigor mudanças significativas no sistema de peticionamento eletrônico (e-Doc) do Tribunal Superior do Trabalho (TST). As novas regras têm como principal objetivo aprimorar a comunicação entre os advogados e o tribunal, com busca de aumento de eficiência no trâmite processual e prevenção de problemas como o registro de petições avulsas sem vínculo direto aos processos em andamento.

Como funciona atualmente?

O sistema e-Doc permite o envio de petições mesmo que o processo não esteja em tramitação no TST ou no sistema PJe. Nesses casos, as petições são registradas no sistema e-Pet como documentos avulsos, o que dificulta sua associação direta aos processos e pode gerar atrasos e transtornos na tramitação.

O que vai mudar?

Com as novas regras, o envio de petições eletrônicas pelo e-Doc só será permitido quando duas condições essenciais forem atendidas:

1. O processo deve estar vinculado ao sistema e-SIJ (Sistema de Informações do TST).
2. O processo precisa estar em tramitação no TST no momento do peticionamento.

Caso uma dessas condições não seja cumprida, o sistema bloqueará automaticamente o envio da petição e exibirá uma mensagem informando o advogado sobre o órgão jurisdicional responsável e o sistema de peticionamento correto a ser utilizado.

Requisitos para o peticionamento eletrônico:

Para se adaptar às novas regras, advogados e escritórios devem atentar-se aos seguintes pontos:

- Certificar-se de que o processo está em trâmite no TST e vinculado ao sistema e-SIJ.
- Caso o processo esteja em outro tribunal ou sistema, utilizar o sistema de peticionamento correspondente indicado pelo aviso do e-Doc.

Eventuais atualizações nos procedimentos internos do TST, estarão disponíveis no site oficial do tribunal.

Retrospectiva 2024: Principais decisões do TST

Confira um compilado de alguns dos principais julgados proferidos pelo Tribunal Superior do Trabalho em 2024. Ressalta-se que parte desses julgados indicam a jurisprudência iterativa do Tribunal, mas outros não. Alguns, ainda, dependem do conhecimento do quadro fático de cada caso para eventual enquadramento em circunstância que se pensa seja similar, o que recomenda a leitura do inteiro teor da decisão e o monitoramento constante da jurisprudência.

Confira maiores detalhes por assunto, no RT Informa da CNI (Anexo 04).

STF: Principais julgados trabalhistas no segundo semestre de 2024

No segundo semestre de 2024, o Supremo Tribunal Federal (STF) concluiu o julgamento de importantes temas trabalhistas submetidos à análise daquela Corte, como a validade do contrato de trabalho intermitente, a destinação devida às condenações decorrentes de Ações Cíveis Públicas trabalhistas, a constitucionalidade da certidão negativa de débitos trabalhistas, a validade do decreto que denunciou a Convenção 158 da OIT e a constitucionalidade das alterações promovidas no Seguro-desemprego pela Lei 13.134/2015.

Confira no RT Informa da CNI (Anexo 05) um compilado dos principais julgados do STF, em relações do trabalho, no segundo semestre de 2024.

Nova sistemática do recurso de revista – Resoluções TST nº 223 e 224, de 2024

Em novembro de 2024, o Tribunal Superior do Trabalho (TST) publicou as Resoluções nº 223 e 224, para alterar a sistemática do recurso de revista, que é o recurso interposto para o TST contra decisões de Tribunais Regionais do Trabalho - TRTs (art. 896 e seguintes da CLT).

Confira maiores detalhes no RT Informa da CNI (Anexo 06).

Prorrogado prazo para climatização obrigatória de máquinas autopropelidas da indústria de construção

Publicada em 02 de janeiro de 2025, a [Portaria MTE nº 9, de 02/01/2025](#) prorrogou para 05 de janeiro de 2026 a obrigatoriedade de que as cabines das seguintes máquinas autopropelidas novas sejam climatizadas:

- máquinas pavimentadoras,
- máquinas alimentadores móveis para asfalto,
- máquinas fresadoras de pavimento, e
- máquinas de textura e cura de concreto.

Essa exigência de climatização, prevista no item 18.10.1.13¹ da Norma Regulamentadora nº 18 (NR 18) – segurança e saúde no trabalho na indústria da construção, atinge apenas as máquinas novas desses tipos.

Para todas as demais novas máquinas autopropelidas abarcadas pela NR 18, não listadas acima, a obrigatoriedade da referida climatização se iniciou em 03/01/2025, conforme Portaria SEPRT nº 3.733, de 10/02/2020.

Já para as máquinas usadas, o prazo para atender essa exigência é 03/01/2027.

Boa leitura.

Atos Normativos de RT (recentes)

[Portaria DIRBEN/INSS nº 1.260, de 27 de janeiro de 2025](#), (DOU 29/01/2025, seção 1, pág.297), que “Altera a [Portaria DIRBEN/INSS nº 1.249, de 26 de dezembro de 2024](#), que estabelece a rotina operacional para reavaliação dos benefícios de prestação continuada da assistência social - BPC por motivo de superação de renda, a ser aplicada no âmbito do INSS.”

Atos Normativos de SST (recentes)

[Portaria MTE nº 122, de 29 de janeiro de 2025](#), (DOU 03/02/2025, seção 1, pág.29), que “Altera a [Portaria MTP nº 672, de 8 de novembro de 2021](#), que “disciplina os procedimentos, programas e condições de segurança e saúde no trabalho e dá outras providências”.

¹ 18.10.1.13 A máquina autopropelida com massa (tara) superior a 4.500 kg (quatro mil e quinhentos quilos) deve possuir cabine climatizada e oferecer proteção contra queda e projeção de objetos e contra incidência de raios solares e intempéries.

RT INFORMA



TST uniformiza aplicação das regras de gratuidade na Justiça do Trabalho

O Tribunal Superior do Trabalho (TST), em julgamento concluído em 16 de dezembro de 2024, unificou o entendimento sobre a concessão de gratuidade na Justiça do Trabalho, e pacificou, entre outros, que a declaração de pobreza assinada por trabalhador que recebe salário maior que o limite legal é válida e gera presunção de hipossuficiência.

Com o julgamento finalizado, essa orientação passa a ser obrigatória em todo o país.

Saiba mais neste RT Informa!

Tema 21 da Tabela de Recursos Repetitivos do TST

Em 2023, a Subseção 1 de Dissídios Individuais (SDI-1) do TST submeteu ao rito dos recursos repetitivos¹ o julgamento da seguinte questão jurídica:

Há direito público subjetivo à concessão de gratuidade de justiça à parte que, percebendo salário igual ou superior a 40% do limite máximo dos benefícios do Regime Geral de Previdência Social, declara pobreza e não comprova a sua hipossuficiência no processo? Se não, em quais circunstâncias e sob quais parâmetros a hipossuficiência pode ser comprovada nos autos?

¹ O recurso repetitivo é um conjunto de recursos com teses idênticas ou semelhantes, isto é, que se baseiam na mesma questão de direito. O rito dos recursos repetitivos serve para uniformizar a jurisprudência nessas questões jurídicas mais recorrentes em demandas trabalhistas.

O objetivo da referida afetação era aclarar os critérios e os procedimentos a serem seguidos para garantir o acesso à Justiça sem custos a todas as pessoas em situação de vulnerabilidade econômica, e, assim, uniformizar, em toda a Justiça do Trabalho nacional, a aplicação das regras que regem a concessão da gratuidade de Justiça².

Atualmente, o benefício está previsto nos parágrafos 3º e 4º do artigo 790 da CLT, segundo os quais:

Art. 790. Nas Varas do Trabalho, nos Juízos de Direito, nos Tribunais e no Tribunal Superior do Trabalho, a forma de pagamento das custas e emolumentos obedecerá às instruções que serão expedidas pelo Tribunal Superior do Trabalho.

[...]

§ 3º É facultado aos juízes, órgãos julgadores e presidentes dos tribunais do trabalho de qualquer instância conceder, a requerimento ou de ofício, o benefício da justiça gratuita, inclusive quanto a traslados e instrumentos, àqueles que perceberem salário igual ou inferior a 40% (quarenta por cento) do limite máximo dos benefícios do Regime Geral de Previdência Social.

§ 4º O benefício da justiça gratuita será concedido à parte que comprovar insuficiência de recursos para o pagamento das custas do processo.

Com o julgamento desse tema, buscou-se definir especialmente sobre a possibilidade de o juiz conceder o benefício da Justiça gratuita de ofício, isto é, independentemente de pedido, e à necessidade de comprovação da hipossuficiência para receber o benefício.

A fixação da tese do Tema 21 de Recursos Repetitivos

O julgamento da questão pelo Pleno do TST foi concluído no dia 16 de dezembro de 2024, com a fixação da seguinte tese para o Tema 21 da Tabela de Recursos Repetitivos do TST:

(i) independentemente de pedido da parte, o magistrado trabalhista tem o poder-dever de conceder o benefício da justiça gratuita aos litigantes que perceberem salário igual ou inferior a 40% (quarenta por cento) do limite máximo dos benefícios do Regime Geral de Previdência Social, conforme evidenciado nos autos;

(ii) o pedido de gratuidade de justiça, formulado por aquele que perceber salário superior a 40% (quarenta por cento) do limite máximo dos benefícios do Regime Geral de Previdência Social, pode ser instruído por documento particular firmado pelo interessado, nos termos da Lei nº 7.115/83, sob as penas do art. 299 do Código Penal;

(iii) havendo impugnação à pretensão pela parte contrária, acompanhada de prova, o juiz abrirá vista ao requerente do pedido de gratuidade de justiça, decidindo, após, o incidente (art. 99, § 2º, do CPC).

² Para saber mais sobre gratuidade na Justiça do Trabalho, lei também [Gratuidade na Justiça do Trabalho – Lei 13.467/17 e Jurisprudência](#)

Por se tratar de uma tese definida sob o rito dos recursos repetitivos, a partir de agora, ela **deverá necessariamente ser aplicada por todos os Juízes e Tribunais trabalhistas do país**.

Concessão da Justiça gratuita sem pedido

No primeiro ponto da tese, o TST definiu que o Magistrado tem o **poder-dever de conceder a justiça gratuita automaticamente** para quem perceber salário igual ou inferior a 40% do teto dos benefícios do INSS. Para tanto, basta que haja documentação nos autos que comprove a hipossuficiência da parte, ainda que não tenha sido formulado pedido formal de gratuidade de Justiça.

(i) independentemente de pedido da parte, o magistrado trabalhista tem o poder-dever de conceder o benefício da justiça gratuita aos litigantes que perceberem salário igual ou inferior a 40% (quarenta por cento) do limite máximo dos benefícios do Regime Geral de Previdência Social, conforme evidenciado nos autos;

Com isso, o TST estabeleceu o dever de os Magistrados concederem a Justiça gratuita aos trabalhadores, mesmo sem pedido nos autos, sempre que evidenciado que o trabalhador possui renda inferior 40% do teto do INSS.

Atualmente, o limite de 40% do teto dos benefícios do INSS (vide valores estabelecidos pela [Portaria Interministerial MPS/MF nº 6, de 10 de janeiro de 2025](#)), equivale a R\$ 3.262,96.

Declaração pessoal para concessão da Justiça gratuita

A SDI-1 do TST também definiu, na tese do tema 21, que a parte que receber mais de 40% do teto do INSS pode igualmente pedir justiça gratuita, desde que apresente declaração particular assinada, afirmando que não tem condições de pagar as custas do processo.

Nesse caso, o trabalhador só precisará apresentar documentos adicionais para comprovar sua situação financeira, caso sua declaração seja contestada pela parte contrária.

(ii) o pedido de gratuidade de justiça, formulado por aquele que perceber salário superior a 40% (quarenta por cento) do limite máximo dos benefícios do Regime Geral de Previdência Social, pode ser instruído por documento particular firmado pelo interessado, nos termos da Lei nº 7.115/83, sob as penas do art. 299 do Código Penal;

No entanto, referida declaração tem respaldo na Lei 7.115/83 e deverá ser feita sob as penas da lei. Isto é, a parte que fizer alegação que se revele falsa poderá responder criminalmente pelo crime de falsidade ideológica, com pena de 1 a 5 anos de reclusão.

Regras para contestação da declaração de hipossuficiência

Por fim, a SDI-1 também definiu que a contestação da mencionada declaração deve ser instruída com provas da capacidade financeira do declarante.

(iii) havendo impugnação à pretensão pela parte contrária, acompanhada de prova, o juiz abrirá vista ao requerente do pedido de gratuidade de justiça, decidindo, após, o incidente (art. 99, § 2º, do CPC).

O Juiz deverá, então, conceder prazo para oportunizar a réplica ao declarante, antes de proferir sua decisão sobre o incidente.

Na ausência de norma específica sobre o assunto para a Justiça do Trabalho, esse procedimento segue a norma geral do Código de Processo Civil³.

Matéria pendente de julgamento no STF

Embora o TST tenha decidido a matéria com caráter vinculante (o que significa que deve ser seguida por todas as instâncias da Justiça do trabalho), a mesma questão aguarda julgamento no Supremo Tribunal Federal (STF) na ADC 80.

Vale dizer que a Suprema Corte não está vinculada à decisão do TST e, na análise da constitucionalidade do art. 790, § 3º, da CLT, pode vir a julgar de maneira diversa, até mesmo revertendo o entendimento do TST.

RT INFORMA | Publicação da Confederação Nacional da Indústria - CNI | www.cni.com.br | Superintendência de Relações do Trabalho - SURET | Editoração: SURET | Informações técnicas: (61) 3317.9961 rt@cni.com.br | Assinaturas: Serviço de Atendimento ao Cliente (61) 3317.9989/9993 sac@cni.com.br | Setor Bancário Norte Quadra 1 Bloco C Edifício Roberto Simonsen CEP 70040-903 Brasília, DF (61) 3317.9000 | Autorizada a reprodução desde que citada a fonte. Documento elaborado com dados disponíveis até fevereiro de 2025.



³ CPC. Art. 99. O pedido de gratuidade da justiça pode ser formulado na petição inicial, na contestação, na petição para ingresso de terceiro no processo ou em recurso. [...] § 2º O juiz somente poderá indeferir o pedido se houver nos autos elementos que evidenciem a falta dos pressupostos legais para a concessão de gratuidade, devendo, antes de indeferir o pedido, determinar à parte a comprovação do preenchimento dos referidos pressupostos.

RT INFORMA



TST seleciona novos temas para uniformização de jurisprudência (recursos repetitivos)

O Tribunal Superior do Trabalho (TST), em 16 de dezembro de 2024, aprovou quatro novos temas que serão analisados sob a sistemática dos recursos repetitivos. Entre os tópicos selecionados, destacam-se controle de pausas para uso do banheiro e dano moral; banheiros comerciais e adicional de insalubridade; concessão de justiça gratuita e a competência da Justiça do Trabalho em litígios envolvendo o FGTS.

Confira a seguir os 4 temas.

CONTROLE DE PAUSAS PARA USO DO BANHEIRO E DANO MORAL PRESUMIDO “*IN RE IPSA*”

O TST analisa uma questão relevante para a gestão empresarial: o controle das pausas para uso do banheiro e seu reflexo em programas de incentivo baseados em metas de produtividade. A discussão gira em torno de determinar se essa prática, que visa à eficiência operacional, pode, por si só, configurar dano moral presumido (*in re ipsa*), sem necessidade de comprovação de prejuízo direto, tendo sido formulada a seguinte questão (tema 34):

"A repercussão das pausas para uso do banheiro no cálculo do Programa de Incentivo Variável (PIV) configura dano moral '*in re ipsa*'?"

A discussão envolve a necessidade de equilíbrio entre a busca legítima por produtividade e a implementação de sistemas que estabeleçam rotinas e respeitem as necessidades fisiológicas de trabalhadores.

A análise do tema busca compreender os parâmetros jurídicos e os limites normativos que envolvem o controle das pausas para uso do banheiro no ambiente corporativo, e se o estabelecimento de metas pelas empresas que considerem tal circunstâncias, considerando programas de incentivo vinculados à produtividade, faz presunção de dano moral (*in re ipsa*).

Isso porque há importante controvérsia da Justiça do Trabalho sobre o tema. No TST as turmas têm julgado em sentido diverso sobre o assunto. Por exemplo, a Terceira Turma do tribunal, em decisão referente ao processo RR-992-38.2020.5.09.0016, considerou que atrelar pausas para o uso do banheiro a programas de produtividade caracteriza abuso do poder diretivo, em desacordo com a dignidade da pessoa humana e normas regulamentadoras aplicáveis. Por outro lado, a Quinta Turma do TST, no julgamento do processo Ag-RRAg-1829-58.2016.5.17.0001, entendeu que restrições justificáveis ao uso do banheiro não configuram necessariamente dano moral.

ADICIONAL DE INSALUBRIDADE NA LIMPEZA DE BANHEIROS EM LOCAIS DE GRANDE CIRCULAÇÃO

O TST irá julgar se a limpeza de banheiros localizados em ambientes com grande circulação de pessoas, como shoppings, aeroportos e terminais de transporte, dá direito ao adicional de insalubridade. A controvérsia envolve a interpretação do inciso II da Súmula 448 do TST, que atualmente prevê:

Súmula 448 do TST:

II - A higienização de instalações sanitárias de uso público ou coletivo de grande circulação, e a respectiva coleta de lixo, por não se equiparar à limpeza em residências e escritórios, enseja o pagamento de adicional de insalubridade em grau máximo, incidindo o disposto no Anexo 14 da NR-15 da Portaria do MTE nº 3.214/78 quanto à coleta e industrialização de lixo urbano.

A principal questão em debate é a definição de critérios objetivos para caracterizar um "local de grande circulação". Atualmente, a ausência de uma delimitação precisa sobre o que configura um ambiente com alto fluxo de pessoas tem gerado divergências na aplicação do adicional de insalubridade.

Entre os pontos que deverão ser analisados estão:

- **Critérios de grande circulação:** Fluxo diário de pessoas, frequência de uso dos banheiros e características específicas do local.
- **Comparação com ambientes de menor circulação:** Diferenciação clara entre ambientes comerciais de grande porte e locais como escritórios ou residências, que não geram exposição equivalente a agentes biológicos.
- **Aplicação uniforme da Súmula:** Possível revisão ou reafirmação do entendimento atual para garantir segurança jurídica nas relações de trabalho.

A decisão poderá estabelecer parâmetros para a concessão do adicional.

PEDIDO DE JUSTIÇA GRATUITA APRESENTADO APENAS NO RECURSO ORDINÁRIO

No tema 31, o TST analisa a viabilidade de interposição de recurso de revista contra julgamento de TRT que analisa recurso de agravo de instrumento em uma hipótese específica: quando se discute gratuidade de justiça e [deserção](#) de recurso.

Segundo a Súmula 218 do TST, “*é incabível recurso de revista interposto de acórdão regional proferido em agravo de instrumento*”.

Contudo, a Corte afetou para julgamento se é possível superar essa súmula quando se discute gratuidade de justiça.

Um exemplo ajuda a visualizar melhor:

A parte ingressa com a reclamação trabalhista postulando justiça gratuita (art. 790 da CLT). Na sentença, o juiz de primeiro grau nega o benefício. A parte interpõe recurso ordinário insistindo que faz jus ao benefício, mas o juiz de 1º grau não admite o recurso, por falta de preparo. A parte interpõe agravo de instrumento para o TRT, o qual mantém a negativa de justiça gratuita. A parte, finalmente, interpõe recurso de revista ao TST. Pela aplicação da Súmula 218, não se admite recurso de revista contra acórdão que julga agravo de instrumento. No entanto, no tema 31, afetado para decisão em sede de repetitivo, o TST discute justamente se é possível superar a Súmula 218 do TST, para permitir que a Corte analise o recurso de revista, quando se tratar de análise de justiça gratuita.

Nesse sentido, a Corte deve definir se:

- 1 – quando houver pedido de justiça gratuita somente no recurso ordinário ou quando houver indeferimento da justiça gratuita, pode a Vara do Trabalho, no exercício do primeiro juízo de admissibilidade recursal, denegar seguimento ao recurso ordinário por ausência de recolhimento das custas processuais?
- 2 – tendo havido trancamento do recurso ordinário, como acima descrito, pode o Tribunal Regional analisar o mérito da gratuidade da justiça no bojo do agravo de instrumento?
- 3 - é possível afastar a incidência do óbice processual consolidado na Súmula nº 218 do TST, nos casos explicados?

COMPETÊNCIA PARA PEDIDOS DE SAQUE DO FGTS JUNTO À CAIXA ECONÔMICA FEDERAL

A discussão sobre a competência da Justiça do Trabalho para julgar pedidos de saque do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), conforme tema 32 de repetitivos do TST, envolve a análise do alcance da sua atribuição nas situações em que a Caixa Econômica Federal é parte, dado que esta instituição, embora vinculada ao contexto trabalhista, atua como operadora do fundo e não diretamente como empregadora. A tese central em questão é determinar se a Justiça do Trabalho tem competência para processar e julgar tais pedidos, dado que a relação entre o trabalhador e a Caixa, na sua qualidade de agente operador do FGTS, não é uma relação trabalhista, mas sim uma relação jurídica regulada por normas específicas, como a Lei nº 8.036, de 1990.

O tema em questão pode ser analisado à luz de duas súmulas relevantes. A primeira, a Súmula 82 do Superior Tribunal de Justiça (STJ), estabelece que "compete à Justiça Federal, excluídas as reclamações trabalhistas, processar e julgar os feitos relativos à movimentação do FGTS." A segunda, a Súmula 161, dispõe que "é da competência da Justiça Estadual autorizar o levantamento dos valores relativos ao PIS/PASEP e FGTS, em decorrência do falecimento do titular da conta".

Entretanto, em posição divergente à Súmula 82 do STJ, o TST tem reconhecido sua competência para julgar casos de jurisdição voluntária, ou seja, aqueles que não envolvem reclamações trabalhistas (v. RR-1981-25.2020.5.12.0060).

Essas decisões evidenciam que, embora a Caixa Econômica Federal atue como agente operador do FGTS, a relação entre o trabalhador e a instituição financeira está intrinsecamente ligada ao vínculo trabalhista, o que justifica a competência da Justiça do Trabalho para julgar pedidos relacionados ao saque do FGTS.

RT INFORMA | Publicação da Confederação Nacional da Indústria - CNI | www.cni.com.br | Superintendência de Relações do Trabalho - SURET | Editoração: SURET | Informações técnicas: (61) 3317.9961 rt@cni.com.br | Assinaturas: Serviço de Atendimento ao Cliente (61) 3317.9989/9993 sac@cni.com.br | Setor Bancário Norte Quadra 1 Bloco C Edifício Roberto Simonsen CEP 70040-903 Brasília, DF (61) 3317.9000 | Autorizada a reprodução desde que citada a fonte. Documento elaborado com dados disponíveis até fevereiro de 2025.

RT INFORMA



Os principais temas trabalhistas para o ano de 2025 no Judiciário

O Supremo Tribunal Federal (STF) e o Tribunal Superior do Trabalho (TST) devem julgar uma série de temas trabalhistas importantes em 2025. No STF, conforme [pauta publicada](#), devem ser enfrentadas matérias como a existência ou não de vínculo de emprego entre trabalhadores por aplicativos e plataforma.

Já no TST, espera-se um foco no julgamento de recursos repetitivos.

Confira neste RT Informa os principais temas trabalhistas que devem ser enfrentados pelas Cortes Superiores neste ano!

Supremo Tribunal Federal

No STF, aguarda-se a conclusão e o início do julgamento de importantes questões, como a regulamentação da dispensa imotivada ou sem justa causa e do direito dos trabalhadores à participação na gestão da empresa, além da responsabilização subsidiária da Administração Pública na fiscalização de obrigações trabalhistas de prestadora de serviços, a possibilidade de inclusão de empresa no polo passivo de uma lide apenas na fase de execução, a “uberização”, entre outros.

Espera-se que seus julgamentos sejam ao menos iniciados em 2025. Ressalta-se que alguns desses temas, inclusive, já estão pautados para serem julgados logo no primeiro semestre do ano. Confira:

Dispensa imotivada ou sem justa causa

No julgamento da **ADO 81**, o STF enfrentará a questão se houve ou não omissão do Congresso Nacional em regulamentar e disciplinar os direitos trabalhistas previstos no art. 7º, I, da CF. Esse artigo dispõe sobre a proteção da relação de emprego contra a despedida arbitrária ou sem justa causa dos trabalhadores urbanos e rurais.

O julgamento dessa ação ainda não foi iniciado, mas está previsto para ocorrer de forma virtual entre os dias 07 e 14 de fevereiro.

Participação dos trabalhadores na gestão da empresa

Na **ADO 85**, questiona-se a omissão do Congresso Nacional em regulamentar o art. 7º, XI, da CF. Esse artigo dispõe sobre o direito social dos trabalhadores urbanos e rurais à participação na gestão da empresa.

O julgamento ainda não foi iniciado, mas o STF também o incluiu em sua pauta virtual de fevereiro. A previsão é que ocorra entre os dias 07 e 14 de fevereiro de 2025.

Responsabilidade subsidiária da Administração Pública

No **RE 1.298.647** (Tema 1118 da repercussão geral), questiona-se o ônus da prova acerca de eventual conduta culposa na fiscalização das obrigações trabalhistas de prestadora de serviços, para fins de responsabilização subsidiária da Administração Pública, em virtude da tese firmada no RE 760.931 (Tema 246).

Em 27/11/2024, iniciou-se o julgamento desse recurso. Na ocasião, o Relator, Min. Nunes Marques, proferiu seu voto pelo provimento do RE para afastar a responsabilidade subsidiária da Administração Pública e propôs a fixação da seguinte tese para o tema 1118:

1. Não há responsabilidade subsidiária da Administração Pública por encargos trabalhistas gerados pelo inadimplemento de empresa prestadora de serviços contratada, se amparada exclusivamente na premissa da inversão do ônus da prova, remanescendo imprescindível a comprovação, pelo empregado, da efetiva existência de comportamento negligente ou nexo de causalidade entre o dano por ele invocado e a conduta comissiva ou omissiva do poder público.

2. *Haverá comportamento negligente quando a Administração Pública permanecer inerte após o recebimento de notificação formal e fundamentada de que a empresa contratada está descumprindo suas obrigações trabalhistas, notadamente o pagamento, enviada pelo trabalhador, sindicato, Ministério do Trabalho, Ministério Público do Trabalho, Defensoria Pública ou outro meio idôneo.*

3. *Nos contratos de terceirização, a Administração Pública deverá: (i) exigir da contratada a comprovação de capital social integralizado compatível com o número de empregados, na forma do art. 4º-B da Lei nº 6.019/1974; e (ii) adotar medidas para assegurar o cumprimento das obrigações trabalhistas pela contratada, na forma do art. 121, § 3º, da Lei nº 14.133/2021, tais como condicionar o pagamento à comprovação de quitação das obrigações trabalhistas do mês anterior.*

O Relator foi acompanhado integralmente pelo Min. Luís Roberto Barroso e parcialmente pelo Min. Flávio Dino.

O processo foi destacado pelo Ministro Edson Fachin e seu julgamento está previsto para ser retomado na sessão telepresencial do dia 12 de fevereiro de 2025.

Grupo econômico – Execução trabalhista

No **RE 1.387.795** (Tema 1232 da repercussão geral), está em pauta a possibilidade de se incluir no polo passivo da lide, apenas na fase de execução trabalhista, empresa integrante de grupo econômico que não tenha participado da fase de conhecimento.

Em 07/08/2024, iniciou-se o julgamento desse recurso com a sustentação oral da Confederação Nacional da Indústria (CNI), que participa como *amicus curiae* nesse processo. Após a sustentação, o Relator, Min. Dias Toffoli, proferiu seu voto pelo provimento do RE e propôs a fixação da seguinte tese para o tema 1232 da repercussão geral:

É permitida a inclusão no polo passivo da execução trabalhista de pessoa jurídica pertencente ao mesmo grupo econômico (art. 2º, §§ 2º e 3º, da CLT) e que não participou da fase de conhecimento, desde que devidamente justificada a pretensão em prévio incidente de desconconsideração da pessoa jurídica, nos termos do art. 133 a 137 do CPC, com as modificações do art. 855-A da CLT, devendo ser atendido o requisito do art. 50 do Código Civil (abuso da personalidade jurídica). Aplica-se tal procedimento mesmo aos redirecionamentos operados antes da Reforma Trabalhista de 2017.

O Relator foi acompanhado pelos Ministros Alexandre de Moraes, Flávio Dino e Gilmar Mendes.

O processo foi destacado pelo Min. Cristiano Zanin, e seu julgamento está previsto para ser retomado na sessão telepresencial do dia 12 de fevereiro de 2025.

Trabalho por aplicativos

No **RE 1.446.336** (Tema 1291 da repercussão geral), de relatoria do ministro Edson Fachin, o Supremo julgará se há ou não vínculo empregatício entre motoristas de aplicativos e plataformas que prestam serviço de transporte.

Em diversos precedentes (vide [aqui](#), [aqui](#) e [aqui](#), por exemplo), o STF já se posicionou, embora não de maneira definitiva, no sentido de que não há vínculo empregatício nesses casos. Isso porque a Corte vem construindo jurisprudência segundo a qual a proteção constitucional ao trabalho não impõe que toda e qualquer prestação remunerada configure relação de emprego (a propósito, vide [ADC 48](#), [ADPF 324](#) e [RE 958.252](#)).

Assim, o entendimento até o momento é de que estes trabalhadores se caracterizam como autônomos, prestando serviços de forma independente e sem a subordinação típica da relação de emprego.

O recurso ainda não foi incluído em pauta de julgamento, mas deve-se destacar que foi realizada audiência pública sobre o tema, presidida pelo Ministro Edson Fachin, nos dias 09 e 10 de dezembro. A CNI participou da audiência pública.

Justiça gratuita

Também no Supremo, é aguardado o julgamento que decidirá sobre a gratuidade da Justiça na Justiça do Trabalho (**ADC 80**). Mais especificamente, a Corte decidirá se, para concessão da justiça gratuita, a parte deve comprovar renda de até 40% do teto da Previdência Social (art. 790, § 3º, da CLT¹) ou se basta que a parte faça uma declaração, por escrito, de que não tem condições de arcar com os custos do processo.

A ADC ainda não foi incluída em pauta, mas espera-se que seu julgamento seja iniciado em 2025.

¹ Art. 790. Nas Varas do Trabalho, nos Juízos de Direito, nos Tribunais e no Tribunal Superior do Trabalho, a forma de pagamento das custas e emolumentos obedecerá às instruções que serão expedidas pelo Tribunal Superior do Trabalho.

[...]

§ 3º É facultado aos juízes, órgãos julgadores e presidentes dos tribunais do trabalho de qualquer instância conceder, a requerimento ou de ofício, o benefício da justiça gratuita, inclusive quanto a traslados e instrumentos, àqueles que perceberem salário igual ou inferior a 40% (quarenta por cento) do limite máximo dos benefícios do Regime Geral de Previdência Social.

Vale dizer que, em 2024, o TST decidiu, em sede de repetitivo, que a declaração de hipossuficiência basta para acesso à Justiça gratuita (Processo nº IncJulgRREmbRep 277-83.2020.5.09.0084). Contudo, o STF não está vinculado por essa decisão e pode adotar solução diversa ao caso.

Tribunal Superior do Trabalho

No TST, aguarda-se, sobretudo, a fixação de importantes teses repetitivas acerca de temas de grande relevo para as relações trabalhistas atuais, como a terceirização e a pejetização, a forma de exercício do direito de oposição ao pagamento de contribuição assistencial, dissídios coletivos, entre outros.

Alguns desses temas, inclusive, já têm indicativo de julgamento no primeiro semestre de 2025. Confira:

Terceirização e “pejetização”

No processo **E-ED-RR-1848300-31.2003.5.09.0011** (Tema 29 da tabela de repetitivos do TST), o TST discutirá se é possível superar a decisão do STF que reconheceu a licitude de todas as formas de terceirização (Tema 725 da repercussão geral), nos casos em que se comprovar fraude à legislação trabalhista.

Já no processo nº **E-RRAg-373-67.2017.5.17.0121** (Tema 30 da tabela de repetitivos do TST), a Corte Trabalhista decidirá se deve ser reconhecido vínculo de emprego entre empresa e prestador de serviços na situação em que este era empregado da empresa e passa a ser contratado pela mesma empresa para prestar serviços por meio de pessoa jurídica.

Direito de oposição

No **IRDR-1000154-39.2024.5.00.0000**, o TST deve fixar uma tese vinculante sobre o modo, o momento e o lugar apropriado para o empregado não sindicalizado exercer seu direito de oposição ao pagamento da contribuição assistencial.

Isso porque o STF decidiu que “É constitucional a instituição, por acordo ou convenção coletivos, de contribuições assistenciais a serem impostas a todos os empregados da categoria, ainda que não sindicalizados, desde que assegurado o direito de oposição” (tese para o Tema de Repercussão Geral n. 935), mas não pormenorizou esse direito.

Dissídios coletivos

No **IRDR 1000907-30.2023.5.00.0000**, o TST analisará a seguinte questão jurídica: "A recusa arbitrária do sindicato empresarial ou membro da categoria econômica para participar do processo de negociação coletiva trabalhista viola a boa-fé objetiva e tem por consequência a configuração do comum acordo tácito para a instauração de Dissídio Coletivo de Natureza Econômica?"

De acordo com o artigo 114, parágrafo 2º, da Constituição Federal, com redação dada pela Emenda Constitucional 45/2004, quando uma das partes se recusa a participar de negociação ou arbitragem, as duas podem, de comum acordo, ajuizar o dissídio coletivo de natureza econômica.

Importante ressaltar que o Supremo Tribunal Federal já decidiu que a exigência de comum acordo é constitucional ([ADI 3423](#)).

A questão analisada é que, em alguns casos, uma das partes se recusa tanto a negociar quanto a concordar com o ajuizamento do dissídio. Nessa situação, há julgamentos do TST que entendem que se configura o comum acordo tácito, enquanto outros julgados são em sentido contrário.

Limites à atuação judicial do sindicato

O TST também deve julgar o **IncJulgRREmbRep 2061-71.2019.5.09.0653** (Tema 27 da tabela de repetitivos do TST), que aborda a extensão da legitimidade sindical para atuar em nome próprio em ações que beneficiem representados, mesmo que se trate de direitos de apenas um trabalhador. Também será analisada a possibilidade de sindicatos proporem ACP - ação civil pública e quais direitos podem ser defendidos em ações coletivas ou ACPs.

Negociação coletiva

No **IncJulgRREmbRep 0000272-94.2021.5.06.0121** (Tema 28 da tabela de repetitivos do TST), o TST analisará a validade das normas coletivas que permitem a compensação do valor de gratificações de função com as horas extras determinadas judicialmente quando há afastamento da função de confiança.

RT INFORMA



Retrospectiva 2024: Principais decisões do TST

Este RT Informa traz um compilado de alguns dos principais julgados proferidos pelo Tribunal Superior do Trabalho em 2024. Ressalta-se que parte desses julgados indicam a jurisprudência iterativa do Tribunal, mas outros não. Alguns, ainda, dependem do conhecimento do quadro fático de cada caso para eventual enquadramento em circunstância que se pensa seja similar, o que recomenda a leitura do inteiro teor da decisão e o monitoramento constante da jurisprudência.

Confira os destaques por assunto, iniciando-se com a decisão do Pleno do TST sobre a aplicabilidade imediata da reforma trabalhista!

Aplicação da Reforma Trabalhista (Lei 13.467/2017) aos contratos de trabalho em curso¹

1. "A Lei nº 13.467/2017 possui aplicação imediata aos contratos de trabalho em curso, passando a regular os direitos decorrentes de lei cujos fatos geradores tenham se efetivado a partir de sua vigência" (**Tese do Incidente de Recursos Repetitivos nº 23**, relativa ao IncJulgRREmbRep-528-80.2018.5.14.0004, Pleno, Relator Min. Aloysio Corrêa da Veiga, Julgado em 25/11/2024).

Confira os destaques por assunto, iniciando-se com a decisão do Pleno do TST sobre a aplicabilidade imediata

Acordo

2. É passível de rescisão a sentença homologatória de acordo, firmado entre sindicato e empresa em processo judicial, em relação a empregado que não anuiu expressamente com o acordo, não assinou termo de adesão e manteve ação própria para discutir os direitos objeto do acordo. O fato de o acordo ter sido aprovado em assembleia da categoria, e de o sindicato estar legitimado a defender os direitos individuais homogêneos da categoria, não torna hígido o acordo em relação aos trabalhadores que não anuíram individual e expressamente com os seus termos. (AR-1001055-75.2022.5.00.0000, SDI-II, Relator Min. Luiz Jose Dezena da Silva, DEJT 12/04/2024).

¹ A Lei 13.467/2017 entrou em vigor no dia 11 de novembro de 2017.

3. Arrependimento posterior não é hipótese de desconstituição de acordo homologado em juízo. Para isso, é necessário comprovar a existência de algum vício em relação ao acordo extrajudicial (ROT-1001732-85.2021.5.02.0000, SDI-II, Relatora Min. Liana Chaib, DEJT 28/06/2024).
4. É válido recurso de apenas uma das partes interessadas na homologação do acordo extrajudicial contra decisão que indeferiu a homologação do acordo. A exigência de petição conjunta só se aplica ao pedido de homologação, e não se estende ao recurso (RR-0010542-66.2021.5.15.0077, 7ª Turma, Relator Min. Claudio Mascarenhas Brandao, DEJT 25/10/2024).

Adicional de insalubridade

5. É passível de anulação a decisão judicial sobre adicional de insalubridade que desconsiderar injustificadamente a conclusão do laudo pericial apresentado (RRAg-988-94.2020.5.17.0010, 8ª Turma, Relator Desembargador Convocado Carlos Eduardo Gomes Pugliesi, DEJT 22/04/2024).
6. Lavador de carros que utilize produtos de uso comum não possui direito a adicional de insalubridade, pois o adicional de insalubridade em razão do contato com produtos cáusticos é devido apenas quando o trabalhador tem contato com esses produtos em sua forma bruta. (RR-11164-52.2022.5.03.0043, 7ª Turma, Relator Min. Claudio Mascarenhas Brandao, DEJT 14/11/2024).

Adicional de risco portuário

7. O adicional de risco portuário só é devido ao trabalhador avulso que desempenhe função idêntica ao trabalhador com vínculo permanente que receba a parcela (RR-16351-38.2021.5.16.0003, 5ª Turma, Relator Min. Douglas Alencar Rodrigues, DEJT 23/02/2024).

Alteração contratual – uso de estacionamento

8. Não caracteriza alteração contratual lesiva o início da cobrança, dos empregados lojistas, pelo uso do estacionamento do shopping, quando a propriedade/gestão do local for do próprio centro comercial, e ele não mantenha contrato de trabalho com os trabalhadores. Nesses casos, a natureza da relação é civil/comercial com todos os usuários do estacionamento, inclusive os empregados dos lojistas que exerçam atividades nas dependências do shopping/centro comercial (ARR-182800-43.2009.5.15.0129, 7ª Turma, Relator Min. Evandro Pereira Valadão Lopes, DEJT 15/03/2024).

Aposentadoria especial

9. A opção do empregado pela aposentadoria especial acarreta a extinção do contrato de trabalho a pedido do trabalhador, e afasta o direito à multa do FGTS e ao aviso prévio indenizado (Ag-AIRR-1000184-38.2021.5.02.0028, 2ª Turma, Relatora Min. Liana Chaib, DEJT 27/09/2024).
10. A tese de repercussão geral do Supremo Tribunal Federal (Tese 555), que concede tempo de serviço especial para aposentadoria por exposição ao ruído, ainda que conste do PPP o fornecimento e eficácia de EPIs, não altera critérios estabelecidos pela legislação trabalhista para conceder o adicional de insalubridade, pois a decisão do STF trata de questão previdenciária (RR-0020320-23.2022.5.04.0662, 4ª Turma, Relator Min. Alexandre Luiz Ramos, julgado em 19/11/2024).

Tema de Repercussão Geral 555 do STF: “I - O direito à aposentadoria especial pressupõe a efetiva exposição do trabalhador a agente nocivo à sua saúde, de modo que, se o EPI for realmente capaz de neutralizar a nocividade não haverá respaldo constitucional à aposentadoria especial; II - Na hipótese de exposição do trabalhador a ruído acima dos limites legais de tolerância, a declaração do empregador, no âmbito do Perfil Profissiográfico Previdenciário (PPP), no sentido da eficácia do Equipamento de Proteção Individual – EPI, não descaracteriza o tempo de serviço especial para aposentadoria”.

Competência da Justiça do Trabalho

11. A Justiça do Trabalho não é competente para julgar pedido de reparação civil contra companhia elétrica, decorrente de acidente com poste de iluminação pública envolvendo pedreiro autônomo que não possuía qualquer relação de trabalho com a empresa (RR-1274-27.2013.5.15.0090, 7ª Turma, Relator Min. Evandro Pereira Valadao Lopes, DEJT 25/10/2024).

Competência sindical

12. Não cabe (não tem legitimidade ativa) dissídio coletivo ajuizada pelos sindicatos empresariais para requerer fixação de reajustes e condições de trabalho dos empregados, em caso de impasse negocial, pois as empresas possuem autonomia para fixar salários e condições de trabalho a seus empregados (ROT-1037-72.2021.5.12.0000, SDC. Relator Min. Guilherme Augusto Caputo Bastos, DEJT 25/10/2024).

Contrato de trabalho

13. É válida cláusula contratual que preveja devolução proporcional de bônus de contratação eventualmente recebido na forma de “luvas” (*hiring bonus*), nos casos de pedido de rescisão antecipada do contrato feita pelo empregado (RR-11771-05.2017.5.18.0017, 1ª Turma, Relator Min. Luiz Jose Dezena da Silva, DEJT 30/09/2024).

Contribuição assistencial

14. A tese do STF que condicionou a validade da cobrança de contribuições assistenciais à garantia do direito de oposição também abarca categorias econômicas, em virtude da ampla abrangência da representação desses sindicatos (RR-20957-42.2015.5.04.0751, 2ª Turma, Relatora Min. Maria Helena Mallmann, DEJT 26/04/2024).

Tema de Repercussão Geral 935 do STF: “É constitucional a instituição, por acordo ou convenção coletivos, de contribuições assistenciais a serem impostas a todos os empregados da categoria, ainda que não sindicalizados, desde que assegurado o direito de oposição”.

Correção monetária de débitos trabalhistas

15. Para a correção monetária dos débitos trabalhistas, na fase pré-judicial, deverá incidir o IPCA e os juros de mora previstos no artigo 39 da Lei 8.177/91. Já na fase judicial, até 29/08/2024, a correção monetária será apurada pela Selic (conforme determinado pelo STF, no julgamento da ADC 58), e, a partir de 30/08/2024, deverá ser utilizado o IPCA no cálculo da atualização monetária, e os juros de mora corresponderão à subtração do IPCA da Selic, com a possibilidade de não incidência (taxa 0), nos termos

do art. 406, parágrafo único do Código Civil (alterado pela Lei 14.905/2024) (RR- 713-03.2010.5.04.0029, SDI-I, Relator Min. Dora Maria da Costa, DEJT 25/10/2024).

Cota de aprendizagem – funções proibidas para menores de dezoito anos

16. Deve ser incluída na contagem da base de cálculo da cota de aprendizagem, respeitadas as disposições contidas no Decreto 9579/2018, as funções que constam da Classificação Brasileira de Ocupações (CBO) como demandante de formação profissional, independentemente de serem proibidas para menores de dezoito anos, como a função de motorista (RR-952-22.2017.5.09.0029, 5ª Turma, Relatora Ministra Morgana de Almeida Richa, DEJT 20/09/2024).

Custas processuais

17. Não é admissível o pagamento de custas processuais por quem não faz parte do processo, ainda que integrante do mesmo grupo econômico. As custas processuais devem ser pagas apenas por quem figura na ação ou por seu procurador, desde que conste no pagamento referência a seu cliente e aos dados do referido processo. (AIRR-0010190-30.2022.5.15.0027, 3ª Turma, Relator Min. Mauricio Jose Godinho Delgado, DEJT 18/10/2024).

Dano moral

18. É incabível indenização por dano moral a parente fora do núcleo familiar básico (cônjuge/companheiro/filhos/pai/mãe) que não comprovar laço afetivo com o empregado falecido (RRAg-10172-56.2021.5.03.0163, 8ª Turma, Relator Min. Sergio Pinto Martins, DEJT 25/03/2024).
19. É devida indenização a irmão de vítima de acidente de trabalho fatal, em razão de dano moral em ricochete/indireto, pois se presume (dano moral *in re ipsa*) o abalo moral das pessoas componentes do núcleo familiar básico (cônjuge/companheiro/pais/avós/filhos/irmãos) (E-ED-RRAg-10489-23.2019.5.03.0099, SDI-I, Relator Min. Augusto Cesar Leite de Carvalho, DEJT 06/12/2024).

Depósito recursal

20. A mera apresentação do comprovante de inscrição no CNPJ é suficiente para demonstrar a condição de empresa de pequeno porte e garantir o direito ao pagamento reduzido do depósito recursal na Justiça do Trabalho (RR-57-52.2021.5.21.0008, 4ª Turma, Relator Min. Alexandre Luiz Ramos, DEJT 09/02/2024).

Direito de defesa

21. Não há violação no direito de defesa da parte cujo advogado não pediu para se manifestar durante o julgamento, pois é responsabilidade do advogado pedir a oportunidade para manifestação (EDCiv-RR-22-88.2012.5.01.0065, 2ª Turma, Relatora Min. Maria Helena Mallmann, DEJT 16/08/2024).

Estabilidade provisória

22. Renúncia expressa ao cargo na CIPA, formalizada em documento escrito, e sem vícios de consentimento, afasta o direito à estabilidade do “cipeiro” (RRAg-11966-74.2017.5.15.0016, 5ª Turma, Relator Min. Breno Medeiros, DEJT 14/06/2024)
23. A estabilidade provisória de diretor de Cooperativa, nos termos do art. 55 da Lei 5.764/1971, somente está caracterizada quando a sociedade cooperativa tiver objetivos conflitantes com os objetivos da empregadora do dirigente. Se o objetivo social da cooperativa em nada se relacionar com a finalidade das atividades da empregadora, não há que se falar em conflitos de vontades e estabilidade provisória (ROT-0101615-78.2023.5.01.0000, SDI-II, Relatora Min. Morgana de Almeida Richa, DEJT 13/09/2024).
24. A gestante submetida a contrato de aprendizagem possui direito a estabilidade provisória, independentemente de o prazo do contrato original ser inferior ao período estável, por força da Súmula 244, III, do TST² e da decisão do STF no Tema 542 de repercussão geral (Emb-Ag-RR-438-14.2022.5.21.0012, SDI-I, Relator Min. Evandro Pereira Valadao Lopes, DEJT 25/10/2024).

Tema de Repercussão Geral 542 do STF: *“a trabalhadora gestante tem direito ao gozo de licença-maternidade e à estabilidade provisória, independentemente do regime jurídico aplicável, se contratual ou administrativo, ainda que ocupe cargo em comissão ou seja contratada por tempo determinado”*

Férias

25. A inobservância ao prazo fixado no art. 145 da CLT³ não enseja o pagamento em dobro da remuneração das férias, com base no art. 137 da CLT⁴, independentemente de o atraso ser, ou não, ínfimo (E-RR-11017-96.2015.5.15.0088, SDI-I, Relator Min. Hugo Carlos Scheuermann, DEJT 14/11/2024).

FGTS

26. O empregador não está obrigado a recolher o FGTS durante o período em que empregado estiver afastado por doença não relacionada com a atividade desempenhada (Ag-RR-20987-42.2020.5.04.0221, 1ª Turma, Relator Min. Amaury Rodrigues Pinto Junior, DEJT 10/05/2024).

Grupo econômico

27. A caracterização do grupo econômico depende da existência de relação hierárquica entre as empresas (RR-0010640-68.2016.5.03.0139, 1ª Turma, Relator Min. Hugo Carlos Scheuermann, DEJT 08/03/2024).
28. Em caso de responsabilidade solidária de empresas em grupo econômico cabe, ao autor da ação rescisória para desconstituir decisão sobre verbas trabalhistas, indicar todas as empresas do grupo econômico que fizeram parte da reclamação trabalhista no pólo passivo da rescisória (litisconsórcio passivo necessário), pois a decisão nessa ação necessariamente será uniforme para todas essas empresas (ROT-80236-38.2019.5.22.0000, SDI-II, Relator Min. Sergio Pinto Martins, DEJT 30/10/2024).

² **SÚMULA N.º 244 - GESTANTE. ESTABILIDADE PROVISÓRIA** [...] III. A empregada gestante tem direito à estabilidade provisória prevista no art. 10, inciso II, alínea “b”, do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, mesmo na hipótese de admissão mediante contrato por tempo determinado.

³ CLT. Art. 145. O pagamento da remuneração das férias e, se for o caso, o do abono referido no art. 143 serão efetuados até 2 (dois) dias antes do início do respectivo período.

⁴ CLT. Art. 137. Sempre que as férias forem concedidas após o prazo de que trata o art. 134, o empregador pagará em dobro a respectiva remuneração.

Hora extra

29. É inaplicável a Súmula 340 do TST para o cálculo da hora extra de caminhoneiro, quando esse profissional recebe comissão com base em elemento fixo, como o valor da carga transportada. Só se aplica a Súmula 340 para deferir horas extras quando o trabalhador está sujeito a controle de horário e é remunerado à base de comissões, pois, nesse caso, as horas extras prestadas impactam no valor do frete (Emb-RRAg-1487-24.2019.5.17.0007, SDI-I, Relator Min. Hugo Carlos Scheuermann, DEJT 06/12/2024).

Intervalo intrajornada

30. São válidos os acordos coletivos anteriores à Reforma Trabalhista (Lei 13.467/2017) que reduziram o período de intervalo intrajornada dos empregados para 30 minutos diários (Ag-RR-1002035-29.2017.5.02.0004, 5ª Turma, Relator Min. Alberto Bastos Balazeiro, DEJT 26/04/2024).

Jornada de trabalho

Compensação de jornada

31. “Ainda que descaracterizado com efeitos retroativos o acordo de compensação, em relação às horas que ultrapassem a jornada normal diária até o limite de 44 horas semanais, incide apenas o adicional de horas extraordinárias, pois essas horas já foram remuneradas mediante o pagamento de salário. Esse é o sentido e o alcance da parte final do item IV da Súmula nº 85 do TST, igualmente externada no item III do verbete sumular em apreço, com a força vinculativa que lhe confere a lei”. Com isso, suspensa a “Súmula nº 36 do TRT da 9ª Região até que a Corte Regional proceda ao seu cancelamento ou à sua revisão.” (**Tese jurídica firmada no IncJulgRREmbRep-897-16.2013.5.09.0028**, Pleno, Relator designado Min. Evandro Pereira Valadão Lopes, Julgado em 16/12/2024)

Comprovação de jornada de trabalho

32. Cartões de ponto, ainda que sem assinatura do empregado, são válidos para verificar sua efetiva jornada de trabalho (RR-610-87.2015.5.05.0030, 6ª Turma, Relator Desembargador Convocado José Pedro de Camargo Rodrigues de Souza, DEJT 14/06/2024).
33. É válida a utilização da prova digital de geolocalização do trabalhador para verificar a efetiva jornada de trabalho, na medida em que não viola a intimidade do trabalhador (ROT-23218-21.2023.5.04.0000, SDI-II, Relator Min. Amaury Rodrigues Pinto Junior, DEJT 14/06/2024).

Escala 12x36

34. É válido o acordo individual escrito entre empregado e empregador que preveja regime de trabalho que consiste em uma jornada de 12 horas de trabalho seguida de 36 horas de descanso ininterrupto. Não há que se falar em inconstitucionalidade da expressão “acordo individual escrito”, constante do artigo 59-A da CLT, conforme decidiu o STF na ADI 5994 (AIRR-1307-90.2019.5.17.0012, 3ª Turma, Rel. Min. Mauricio Godinho Delgado, DEJT 26/04/2024).

No julgamento da **ADI 5994**, o STF declarou a constitucionalidade do acordo individual para adoção da jornada 12x36, conforme previsto no art. 59-A da CLT.

Justiça gratuita

35. “ I - independentemente de pedido da parte, o magistrado trabalhista tem o poder-dever de conceder o benefício da justiça gratuita aos litigantes que perceberem salário igual ou inferior a 40% (quarenta por cento) do limite máximo dos benefícios do Regime Geral de Previdência Social, conforme evidenciado nos autos; II - o pedido de gratuidade de justiça, formulado por aquele que perceber salário superior a 40% (quarenta por cento) do limite máximo dos benefícios do Regime Geral de Previdência Social, pode ser instruído por documento particular firmado pelo interessado, nos termos da Lei nº 7.115/83, sob as penas do art. 299 do Código Penal; III - havendo impugnação à pretensão pela parte contrária, acompanhada de prova, o juiz abrirá vista ao requerente do pedido de gratuidade de justiça, decidindo, após, o incidente (art. 99, § 2º, do CPC)” (**Tese jurídica fixada no IncJulgRREmbRep-277-83.2020.5.09.0084**, Tribunal Pleno, Redator designado, Min. Alberto Bastos Balazeiro, Julgado em 16/12/2024).
36. Concessão da gratuidade de justiça a Sindicato depende de comprovação da hipossuficiência econômica (RRAg-855-45.2018.5.06.0231, 3ª Turma, Relator Min. José Roberto Freire Pimenta, DEJT 05/04/2024)

Liberdade sindical e direito de greve

37. A liberdade sindical e o direito de greve não são escusa para a prática de infrações de trânsito ou de outros delitos. Sem demonstração de ato ilícito pelo entidade responsável pela aplicação de penalidades ao sindicato, deve ser excluída sua condenação ao pagamento de multa por conduta antissindical (ROT-7882-05-2022.5.15.0000, SDC, Relator Min. Alexandre de Souza Agra Belmonte, DEJT 25/10/2024).

Negociação coletiva

38. É válida cláusula coletiva que impede a postulação judicial ou administrativa de “qualquer direito a título de insalubridade por calor ou vibração”, diante do oferecimento de benefício compensatório aos abrangidos pela convenção coletiva. Anular a cláusula, como requerido pelo MPT, causaria prejuízo à categoria, pois a cláusula compensatória precisaria também ser anulada (RR-394-10.2022.5.11.0000, SDC, Relatora Min. Maria Cristina Irigoyen Peduzzi, DEJT 27/09/2024).
39. Julgada procedente a ação rescisória para, com base na tese firmada pelo STF no Tema 1046, rescindir a decisão que havia julgado inválida cláusula coletiva de trabalho, anterior à reforma trabalhista, que reduzia o intervalo intrajornada para até 30 minutos. Dessa forma, foi reconhecida a validade da redução do referido intervalo por meio de norma coletiva. (ROT-101675-61.2017.5.01.0000, SDI-II, Relatora Min. Morgana de Almeida Richa, DEJT 23/02/2024).
40. É válida cláusula de acordo coletivo que prevê desconto do saldo negativo do banco de horas dos empregados ao final do período de compensação. Dessa forma, com base no Tema 1046 da repercussão geral do STF, manteve-se a improcedência da ação anulatória movida pelo MPT (RR-116-23.2015.5.09.0513, 2ª Turma, Relatora Min. Maria Helena Mallmann, DEJT 01/03/2024).

41. Conforme Tema de repercussão geral 1046 do STF, a negociação coletiva apenas não prevalece sobre direitos absolutamente indisponíveis. Não é o caso de prefixação das horas *in itinere*, as quais são direito disponível. Em consequência, a Turma realizou juízo de retratação para dar provimento ao recurso de revista e afastar a invalidade da norma coletiva que prefixava horas *in itinere* para a categoria (RR - 10185-45.2016.5.15.0115, 2ª Turma, Relatora Min. Liana Chaib, DEJT 19/12/2024).
42. É válida cláusula de acordo coletivo que prevê natureza indenizatória aos valores pagos ao trabalhador a título de auxílio-alimentação, por força da tese firmada pelo STF para o Tema 1046 da repercussão geral (Ag-RR641-27.2021.5.07.0003, 4ª Turma, Relator Min. Alexandre Luiz Ramos, DEJT 24/05/2024).
43. Necessário prestigiar a autonomia coletiva e, em linha com a tese firmada pelo STF para o Tema 1046 da repercussão geral, julgar válida cláusula de acordo coletivo que atribui aos trabalhadores que exercem atividade externa a exceção do art. 62, I da CLT, de forma a dispensar completamente o controle de jornada para esses empregados (RR-705-78.2020.5.10.0103, 5ª Turma, Relator Min. Breno Medeiros, DEJT 08/03/2024).
44. É válida cláusula de acordo coletivo que dispensa o controle de jornada para motorista entregador, com base em norma coletiva que prevê a aplicação do artigo 62, I, da CF, por força da tese firmada pelo STF para o Tema 1046 da repercussão geral (RR-0001018-58.2018.5.09.0872, 5ª Turma, Relator Min. Douglas Alencar Rodrigues, DEJT 22/03/2024).
45. A cláusula de acordo coletivo que prevê natureza jurídica híbrida, isto é, indenizatória e salarial, simultaneamente, para a mesma parcela, para fins de limitar sua repercussão no cálculo de outras verbas trabalhistas, é válida. Inteligência da tese firmada pelo STF para o Tema 1046 da repercussão geral (RRAg-21227-64.2016.5.04.0029, 5ª Turma, Relator Min. Douglas Alencar, DEJT 05/04/2024).
46. O tema de repercussão geral 1046 assegura a validade da cláusula coletiva que autoriza, mesmo aos trabalhadores detentores da garantia provisória no emprego prevista na Lei 14.020/2020⁵, o desligamento de empregados por acordo. A negociação coletiva sobre garantia de emprego é possível, pois não se trata de direito indisponível previsto no art. 611-B da CLT (RR-AIRR-11673-03.2020.5.15.0145, 8ª Turma, Redator Min. Sergio Pinto Martins, DEJT 14/10/2024).

Tema de Repercussão Geral 1046 do STF: *“São constitucionais os acordos e as convenções coletivas de trabalho, que, ao considerarem a adequação setorial negociada, pactuam limitações ou afastamento de direitos trabalhistas, independentemente da explicitação de vantagens compensatórias, desde que respeitados os direitos absolutamente indisponíveis”.*

Prazo decadencial da Ação rescisória

47. Aplica-se o prazo de decadência geral, de dois anos após a última decisão do processo se tornar definitiva, às ações rescisórias que buscam reverter julgados trabalhistas com base em inconstitucionalidade declarada por tribunais, salvo em caso de decisão de inconstitucionalidade pelo STF, quando o prazo decadencial para ação rescisória será contado da decisão proferida pelo Supremo (ROT-229-43.2019.5.19.0000, SDI-II, Relator Min. Luiz Jose Dezena da Silva, DEJT 02/02/2024).

⁵ **Lei 14.020, de 06 de julho de 2020.** Institui o Programa Emergencial de Manutenção do Emprego e da Renda; dispõe sobre medidas complementares para enfrentamento do estado de calamidade pública reconhecido pelo Decreto Legislativo nº 6, de 20 de março de 2020, e da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus, de que trata a Lei nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020; altera as Leis nºs 8.213, de 24 de julho de 1991, 10.101, de 19 de dezembro de 2000, 12.546, de 14 de dezembro de 2011, 10.865, de 30 de abril de 2004, e 8.177, de 1º de março de 1991; e dá outras providências.

Preposto

48. A falta de apresentação de carta de preposição não implica revelia, porque inexistente previsão legal quanto à obrigatoriedade de juntada desse documento (ROT-16141-35.2017.5.16.0000, SDI-II, Relator Min. Luiz Jose Dezena da Silva, DEJT 15/03/2024).

Rescisão do contrato de trabalho

Não caracterização de dispensa discriminatória

49. É passível de comprovação o caráter não discriminatório da dispensa de empregado alcoolista (RR-0000578-72.2022.5.09.0015, 4ª Turma, Relatora Min. Maria Cristina Irigoyen Peduzzi, DEJT 26/04/2024).

Justa causa

50. Ausência injustificada ao trabalho após cancelamento da aposentadoria por invalidez é passível de demissão por justa causa, por configurar abandono de emprego (RR-10995-60.2019.5.03.0111, 4ª Turma, Relator Min. Alexandre Luiz Ramos, DEJT 09/02/24).
51. Apresentação de teste de Covid adulterado enseja justa causa, ainda que o empregado seja dirigente sindical, ante a quebra de confiança (Ag-AIRR-273-51.2022.5.06.0313, 4ª Turma, Relator Min. Ives Gandra da Silva Martins Filho, DEJT 05/04/2024).
52. Prática de importunação sexual é passível de demissão por justa causa, por incontinência de conduta (AIRR-170-71.2022.5.17.0011, 3ª Turma, Relatora Desembargadora Convocada Adriana Goulart de Sena Orsini, DEJT 05/04/2024).
53. Realização de atividades incompatíveis com a doença que afastou empregado do trabalho, durante o período do auxílio-doença, justifica demissão por justa causa, mesmo durante o gozo do benefício pelo empregado (ROT-1227-71.2022.5.13.0000, SDI-II, Relatora Min. Liana Chaib, DEJT 05/04/2024).
54. Realização de viagem recreativa durante licença médica é justo motivo para demissão por justa causa de empregado, ainda que detentor de estabilidade (Ag-RR-1001481-51.2018.5.02.0201, 7ª Turma, Relator Min. Cláudio Mascarenhas Brandão, DEJT 03/05/2024).
55. Configura quebra de confiança a manipulação de cartão de ponto, ensejando-se, assim, aplicação da justa causa (RRAg-10071- 82.2022.5.15.0055, 5ª Turma, Relator Min. Breno Medeiros, DEJT 10/05/2024).
56. Estabilidade decorrente de benefício previdenciário não impede demissão por justa causa (Ag-ROT0011574-11.2023.5.03.0000, SDI-2, Relator Min. Amaury Rodrigues Pinto Junior, DEJT 17/05/202).
57. É válida a dispensa por justa causa de apenas um dos empregados envolvidos em briga no ambiente de trabalho, quando o teor dos atos ou ofensas apenas desse empregado justificarem a demissão imediata (RR-10446-91.2022.5.03.0031, 3ª Turma, Relator Min. Mauricio Godinho Delgado, Julgado em 12/11/2024).

Verbas rescisórias

58. Não é cabível multa por atraso do pagamento de verbas rescisórias, quando a extinção do contrato se dá em razão do falecimento do trabalhador. O empregador, nessa hipótese, nem mesmo estaria obrigado a ajuizar ação de consignação em pagamento para se eximir da penalidade (RRAg-10392-50.2020.5.03.0111, 7ª Turma, Relator Min. Alexandre de Souza Agra Belmonte, julgado em 26/06/2024).

Seguro garantia

59. É válida a utilização de seguro-garantia judicial com validade determinada para fins de garantia da execução definitiva ou provisória, desde que renovado ou substituído antes do vencimento, pois não há imposição legal para que tal instrumento tenha o prazo de validade indeterminado. (E-ED-RR-11464-34.2016.5.03.0072, SDI-I, Relator Min. Alexandre Luiz Ramos, DEJT 14/11/2024).

Terceirização

60. Não há mais espaço para o reconhecimento de vínculo empregatício com o tomador de serviços sob o fundamento de que houve terceirização ilícita, ou, ainda, para a aplicação dos direitos previstos em legislação específica ou em normas coletivas da categoria profissional dos empregados da empresa contratante, diante da decisão do STF sobre o assunto (Emb-RR-123000-28.2009.5.01.0015, SDI-I, Relator Min. Breno Medeiros, DEJT 19/12/2024).

No julgamento da **ADPF 324**, finalizado em 30/08/2018, o STF fixou a seguinte tese: “1. É lícita a terceirização de toda e qualquer atividade, meio ou fim, não se configurando relação de emprego entre a contratante e o empregado da contratada. 2. Na terceirização, compete à contratante: i) verificar a idoneidade e a capacidade econômica da terceirizada; e ii) responder subsidiariamente pelo descumprimento das normas trabalhistas, bem como por obrigações previdenciárias, na forma do art. 31 da Lei 8.212/1993”.

RT INFORMA



STF: Principais julgados trabalhistas no segundo semestre de 2024

No segundo semestre de 2024, o Supremo Tribunal Federal (STF) concluiu o julgamento de importantes temas trabalhistas submetidos à análise daquela Corte, como a validade do contrato de trabalho intermitente, a destinação devida às condenações decorrentes de Ações Civis Públicas trabalhistas, a constitucionalidade da certidão negativa de débitos trabalhistas, a validade do decreto que denunciou a Convenção 158 da OIT e a constitucionalidade das alterações promovidas no Seguro-desemprego pela Lei 13.134/2015.

Confira neste RT Informa um compilado dos principais julgados do STF, em relações do trabalho, no segundo semestre de 2024! [\(O compilado do primeiro semestre encontra-se no RT Informa 25/2024.\)](#)

Dentre os temas de maior relevância julgados pelo STF no período, destaca-se o reconhecimento do contrato de trabalho intermitente como uma modalidade válida para a contratação de mão-de-obra.

Contrato de trabalho intermitente

Em 16/12/2024, o STF concluiu o julgamento da Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) 5826, que requeria a declaração de inconstitucionalidade do contrato de trabalho intermitente, modalidade de contratação criada pela Lei 13.467/2017¹ (Modernização Trabalhista).

A Suprema Corte declarou [constitucional o contrato de trabalho intermitente \(saiba mais no RT Informa\)](#).

No julgamento, o voto vencedor ressaltou que a utilização do contrato de trabalho intermitente é uma ferramenta válida para ampliar oportunidades e promover proteção social a trabalhadores informais. Isso porque, na referida modalidade, assegura-se ao empregado o pagamento de verbas trabalhistas ordinárias, como repouso semanal remunerado, férias e décimo terceiro salário proporcionais, além dos recolhimentos previdenciários. Ainda, a modalidade garante a esses empregados valor da hora de trabalho não inferior ao valor hora do salário mínimo ou devido aos demais empregados do estabelecimento que exerçam a mesma função porém em relação de contrato de trabalho comum.

¹ Artigos 443, caput e §3º, 452-A e 611-A, VIII, da CLT

A CNI atuou como *amicus curiae* na ação.

Além do contrato de trabalho intermitente, no que respeita às relações do trabalho, o STF também apreciou outros temas igualmente relevantes, como a destinação devida às condenações decorrentes de Ações Cíveis Públicas trabalhistas, a constitucionalidade da certidão negativa de débitos trabalhistas, a validade do decreto que denunciou a Convenção 158 da OIT e a constitucionalidade das alterações promovidas no Seguro-desemprego pela Lei 13.134/2015.

Serão apresentadas, a seguir, sucintamente, outras decisões de destaque do STF no 2º semestre de 2024 na temática trabalhista. Ao final, será apresentado o *status* provisório do julgamento da ADPF 944, ajuizada pela CNI (sobre destinação de condenações em ACPs), cujo julgamento foi iniciado, mas ainda não concluído.

Julgamentos concluídos

Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT)

PROCESSO	TEMA / DECISÃO
ADIs 4716 e 4742	<p>Constitucionalidade da lei que instituiu a CNDT</p> <p>Em setembro, o STF julgou improcedente os pedidos formulados na ação que questionava a constitucionalidade da Lei 12.440/2011, que instituiu a Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas, e fixou a seguinte tese:</p> <p><i>“1. É constitucional a recusa de emissão de Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT) nas hipóteses determinadas no art. 642-A, § 1º, da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), com a redação conferida pela Lei nº 12.440/11; e 2. É constitucional a exigência de apresentação de CNDT nos processos licitatórios como requisito de comprovação de regularidade trabalhista.”</i></p> <p>Assim, a Corte estabeleceu que é constitucional a não expedição do documento quando houver inadimplemento de condenações judiciais trabalhistas transitadas em julgado, acordos judiciais trabalhistas ou acordos firmados perante o Ministério Público do Trabalho ou Comissão de Conciliação Prévia.</p> <p>A CNI era autora da ADI 4716.</p> <p>A decisão transitou em julgado em 19/10/2024.</p> <p>Saiba mais neste RT Informa.</p>

Convenção 158 da OIT

PROCESSO	TEMA / DECISÃO
ADI 1625	<p>Convenção 158 da OIT sobre término da relação de trabalho por iniciativa do Empregador</p> <p>Em agosto, o STF reconheceu a validade do Decreto 2.100/1996, que denunciou a Convenção 158 da OIT. Considerando que essa Ação possuía o mesmo objeto da ADC 39, cujo julgamento fora finalizado em 2023, os Ministros acordaram em adotar, para a ADI, a mesma tese da ADC, qual seja:</p> <p><i>“A denúncia pelo Presidente da República de tratados internacionais aprovados pelo Congresso Nacional, para que produza efeitos no ordenamento jurídico interno, não prescinde da sua aprovação pelo Congresso.”</i></p> <p>A decisão transitou em julgado em 05/11/20224.</p> <p>Saiba mais nesta notícia.</p>

Seguro-desemprego

PROCESSO	TEMA / DECISÃO
ADI 5340	<p>Alterações promovidas no Seguro-desemprego pela Lei 13.134/2015</p> <p>Em outubro, o STF julgou improcedente a ação direta que questionava a constitucionalidade das alterações promovidas pela Lei 13.134/2015 no seguro desemprego, e fixou a seguinte tese:</p> <p><i>“A Lei nº 13.134/15, relativamente aos prazos de carência do seguro-desemprego, não importou em violação do princípio da proibição do retrocesso social nem do princípio da segurança jurídica.”</i></p> <p>A decisão transitou em julgado em 26/11/2024.</p> <p>Saiba mais nesta notícia.</p>

Julgamento iniciado, mas ainda não concluído

Ação Civil Pública (ACP)

PROCESSO	TEMA / DECISÃO
ADPF 944	<p>Destinação devida às condenações em ACPs (julgamento iniciado, mas ainda não concluído)</p> <p>A Ação de Decumprimento de Preceito Fundamental 944 questiona a constitucionalidade de decisões judiciais em ACP, que dão aos valores da condenação destinações diversas, não determinando que sejam direcionadas a um Fundo gerido por um Conselho Federal.</p> <p>Em agosto, o Ministro Flavio Dino, Relator da ADPF no STF, concedeu medida liminar nos autos dessa ação determinando que:</p> <ul style="list-style-type: none">➤ As condenações em ACPs trabalhistas, por danos transindividuais, devem:<ul style="list-style-type: none">• Ser direcionadas para o FDD (Fundo dos Direitos Difusos) ou para o FAT (Fundo de Amparo ao Trabalhador); ou• Observar os procedimentos e medidas, inclusive de transparência na prestação de contas, regulados na Resolução Conjunta nº 10 do CNJ e do CNMP (aplicável também aos acordos em ações ou inquéritos civis públicos relacionados a direitos trabalhistas).➤ O FDD e o FAT devem individualizar (com transparência e rastreabilidade) os valores recebidos a partir de decisões em ações civis públicas trabalhistas (ou em acordos), e esses valores devem ser aplicados exclusivamente em programas e projetos relacionados à proteção de direitos dos trabalhadores;➤ Todos os recursos atualmente existentes no FDD ou no FAT, que tenham tido a origem concernente ao objeto desta ADPF, ou os futuros aportes, não poderão ser alvo de qualquer espécie de contingenciamento, tendo esta decisão efeito 'ex tunc'²;➤ Os Conselhos dos Fundos citados devem, obrigatoriamente, quando da aplicação dos recursos objeto da presente ADPF, ouvir o Tribunal Superior do Trabalho, o Ministério do Trabalho e Emprego e a Procuradoria Geral do Trabalho <p>Em setembro, iniciou-se o julgamento de referendo dessa decisão, que ainda está pendente de conclusão. Até o momento apenas o próprio Relator proferiu seu voto, que foi no sentido de referendar sua decisão. O julgamento foi interrompido por um destaque do Min. Dias Toffoli.</p> <p>Saiba mais nesta notícia.</p>

² Os efeitos dessa decisão valerão inclusive para decisões anteriores a ela.

RT INFORMA | Publicação da Confederação Nacional da Indústria - CNI | www.cni.com.br | Gerência Executiva de Relações do Trabalho - GERT | Editoração: GERT | Supervisão gráfica: Coordenação de Divulgação CNI/DDI/ECON | Informações técnicas: (61) 3317.9961 rt@cni.com.br | Assinaturas: Serviço de Atendimento ao Cliente (61) 3317.9989/9993 sac@cni.com.br | Setor Bancário Norte Quadra 1 Bloco C Edifício Roberto Simonsen CEP 70040-903 Brasília, DF (61) 3317.9000 | Autorizada a reprodução desde que citada a fonte. Documento elaborado com dados disponíveis até Janeiro de 2025.

RT INFORMA



Nova sistemática do recurso de revista – Resoluções TST nº 223 e 224, de 2024

Em novembro de 2024, o Tribunal Superior do Trabalho (TST) publicou as Resoluções nº 223 e 224, para alterar a sistemática do recurso de revista, que é o recurso interposto para o TST contra decisões de Tribunais Regionais do Trabalho - TRTs (art. 896 e seguintes da CLT).

Saiba tudo neste RT Informa!

Recurso de revista

Contra acórdão de um TRT que lhe é desfavorável, a parte pode interpor recurso de revista ao TST, na forma do art. 896 da CLT¹. Esse recurso está sujeito à análise de admissibilidade: o Tribunal Regional local irá verificar se o recurso de revista atende os pressupostos legais mínimos para que seja julgado pelo TST (por exemplo, se o recurso foi interposto no prazo, se foi paga a taxa para recorrer etc.). Em caso negativo, será obstado o seguimento do recurso de revista ao TST.

Tradicionalmente, contra essa decisão seria cabível o recurso de agravo de instrumento, que seria remetido diretamente ao TST para que este tribunal analise se o recurso de revista deveria ter-lhe sido

¹ CLT, art. 896 - Cabe Recurso de Revista para Turma do Tribunal Superior do Trabalho das decisões proferidas em grau de recurso ordinário, em dissídio individual, pelos Tribunais Regionais do Trabalho, quando:

- a) derem ao mesmo dispositivo de lei federal interpretação diversa da que lhe houver dado outro Tribunal Regional do Trabalho, no seu Pleno ou Turma, ou a Seção de Dissídios Individuais do Tribunal Superior do Trabalho, ou contrariarem súmula de jurisprudência uniforme dessa Corte ou súmula vinculante do Supremo Tribunal Federal;
- b) derem ao mesmo dispositivo de lei estadual, Convenção Coletiva de Trabalho, Acordo Coletivo, sentença normativa ou regulamento empresarial de observância obrigatória em área territorial que exceda a jurisdição do Tribunal Regional prolator da decisão recorrida, interpretação divergente, na forma da alínea a;
- c) proferidas com violação literal de disposição de lei federal ou afronta direta e literal à Constituição Federal.

encaminhado (o que se chama de “destrancar” o recurso). Ou seja, qualquer que fosse o motivo para o obstamento do recurso de revista, a parte poderia interpor agravo de instrumento, e este recurso “subiria” para o TST analisar a matéria, se provido, o TST em seguida analisaria o recurso de revista.

Novidades da Res. nº 224/2024

Com a Resolução nº 224/2024, passa a haver **dois recursos possíveis da decisão que obsta seguimento ao Recurso de Revista**, a depender do caso:

1. se a decisão regional negar seguimento ao recurso porque o acórdão está em conformidade com precedentes do TST nos julgamentos (i) de incidentes de recursos repetitivos (IRR), (ii) de resolução de demandas repetitivas (IRDR) e (iii) de assunção de competência (IAC), **o novo recurso cabível será o de agravo interno** (art. 1.021 c/c art. 1.030, § 2º, do CPC), cujo julgamento será feito pelo próprio TRT;
2. para todas as demais hipóteses de admissibilidade negativa do recurso de revista pelos Tribunais Regionais (por exemplo, alegação de recurso fora do prazo ou falta de pagamento das custas), **fica mantido o uso do agravo de instrumento**.

Caso se trate de agravo interno julgado pelo próprio TRT, se for mantida a decisão denegatória de seguimento ao Recurso de Revista, tal decisão é irrecurável, salvo a hipótese de ajuizamento de reclamação direcionada ao Tribunal Superior do Trabalho (artigo 988 e seguintes do Código de Processo Civil).

Se a decisão denegatória de seguimento ao Recurso de Revista se basear em dois fundamentos diversos (as hipóteses 1 e 2, acima), a parte terá que interpor os dois recursos simultaneamente: primeiro será analisado o agravo interno e, caso seja admitido, aí sim o processo será remetido para o TST julgar o agravo de instrumento.

Novidade da Res. nº 223/2024

A Resolução nº 223/2024 trata dos recursos em (i) incidente de resolução de demandas repetitivas (IRDR) ou em (ii) incidente de assunção de competência (IAC) julgados pelos TRTs. Essas são medidas processuais cabíveis caso o TRT local identifique que existe alguma matéria controvertida muito reiterada no Tribunal local, ou muitos processos repetidos sobre o mesmo tema, a respeito do qual deve ser dada uma decisão uniforme. Nesses casos, contra decisão de TRT que julga o mérito de IAC ou de IRDR com fundamento no art. 978 do CPC, o recurso cabível será o recurso de revista².

A grande novidade da Res. nº 223/2024 é possibilitar que o(a) ministro(a) relator(a) no TST possa conceder o efeito suspensivo da decisão, com suspensão de todos os processos sobre o tema. Anteriormente, o recurso de revista interposto nessa hipótese não tinha efeito suspensivo. Além disso, haverá presunção do requisito de transcendência do recurso de revista, isto é, a parte não precisa demonstrar a existência de tal requisito, regulamentado no art. 896-A da CLT³.

² CPC, art. 978. O julgamento do incidente caberá ao órgão indicado pelo regimento interno dentre aqueles responsáveis pela uniformização de jurisprudência do tribunal.

Parágrafo único. O órgão colegiado incumbido de julgar o incidente e de fixar a tese jurídica julgará igualmente o recurso, a remessa necessária ou o processo de competência originária de onde se originou o incidente.

³ CLT, art.896-A - O Tribunal Superior do Trabalho, no recurso de revista, examinará previamente se a causa oferece transcendência com relação aos reflexos gerais de natureza econômica, política, social ou jurídica.

§ 1º São indicadores de transcendência, entre outros:

Após a análise e decisão do recurso de revista afetado ao colegiado competente, a tese jurídica será vinculante e de observância obrigatória para todos os demais casos no Brasil que tratem de idêntica questão de direito.

Aplicação

O TST editou o [Ato TST/Gabinete da Presidência nº 8/2025](#), que adiou para 24 de fevereiro o início da aplicação das novas regras para admissão de recursos de revista. Isto é, a nova sistemática aplica-se quanto às decisões de admissibilidade de recurso de revista publicadas a partir de 24 de fevereiro de 2025.

RT INFORMA | Publicação da Confederação Nacional da Indústria - CNI | www.cni.com.br | Gerência Executiva de Relações do Trabalho - GERT | Editoração: GERT | Supervisão gráfica: Coordenação de Divulgação CNI/DDI/ECON | Informações técnicas: (61) 3317.9961 rt@cni.com.br | Assinaturas: Serviço de Atendimento ao Cliente (61) 3317.9989/9993 sac@cni.com.br | Setor Bancário Norte Quadra 1 Bloco C Edifício Roberto Simonsen CEP 70040-903 Brasília, DF (61) 3317.9000 | Autorizada a reprodução desde que citada a fonte. Documento elaborado com dados disponíveis até janeiro de 2025.



I - econômica, o elevado valor da causa;

II - política, o desrespeito da instância recorrida à jurisprudência sumulada do Tribunal Superior do Trabalho ou do Supremo Tribunal Federal;

III - social, a postulação, por reclamante-recorrente, de direito social constitucionalmente assegurado;

IV - jurídica, a existência de questão nova em torno da interpretação da legislação trabalhista.

[...]